

A RESISTÊNCIA AO GOLPE NÃO PARA



ÚLTIMA HORA



ESCALADA: antes indiciado, Lula foi denunciado pela primeira vez na Lava-Jato. O procurador Dallagnol, acusa-o de ser o “general” e “comandante máximo da pro-pinocracia”. O argumento é o escândalo: “estava no topo da pirâmide do poder”. Mas era o presidente! Sem qualquer prova, tentam a proscricção política de Lula!



22 DE SETEMBRO: O “ESQUENTA” DA GREVE GERAL

Juventude

A quem servem os black blocs?
pág. 2

Luta de classe

Bancários continuam em greve
pág. 6

Nacional

Com esse Congresso não dá
pág. 9

Africa do Sul

Uma nova situação se abre
pág. 11

Juventude se destaca nos atos pelo Fora Temer

Repressão da PM é facilitada com a ação dos black blocs

Desde antes do impeachment havia uma presença importante de jovens, principalmente universitários, nas manifestações contra o golpe. Desde a votação em 31 de agosto, entretanto, a presença da juventude se tornou uma marca da situação nas manifestações que exigem "Fora Temer, nenhum direito a menos" e que tem levado milhares às ruas, muitos secundaristas.

Não por acaso. A juventude está com a "corda no pescoço" diante das medidas anunciadas pelo governo que ameaçam agravar, de maneira brutal, uma situação que já era problemática.

A PEC 241 que pretende congelar gastos públicos por vinte anos, o corte de verbas nas universidades federais, a entrega do Pré sal para multinacionais com a ameaça de quebra do marco regulatório, a ameaça de aumento da idade mínima para aposentadoria e de ampliação da jornada de trabalho, afetam diretamente o acesso à educação e ao emprego para os jovens.

A disposição de luta dessa juventude se enfrenta em primeiro lugar com a repressão organizada pelos golpistas, em vários estados do país. Em São Paulo a brutalidade da PM de Alckmin não pôde ser escondida nem mesmo pelos

jornalões da burguesia, obrigados a admitir que no fim da manifestação do dia 04/09 no Largo da Batata, foi a tropa de choque quem iniciou uma pancadaria covarde, na entrada do metrô Faria Lima, sem que houvesse qualquer tipo de "confusão" prévia.

Neste mesmo dia a prisão de 26 jovens, antes (!) do início da manifestação, sob alegação de que estavam se organizando para agir de forma violenta, expuseram o caráter de regime de exceção e demonstraram o nível de articulação do governo federal na repressão.

O agente infiltrado entre os jovens, conhecido nas redes sociais como Baltazar, era na verdade Willian Pina Botelho, capitão do Exército brasileiro, especializado em combate "antiterrorista", como revelou matéria do jornal espanhol, El País. O ridículo teatro foi desmascarado quando "Baltazar" detido com os demais, sequer foi levado à delegacia.

Ação dos black blocs favorece a repressão

A repressão apoia-se na ação dos black blocs, que reapareceram nas manifestações depois do impeachment para justificar a repressão.

As ações de quebra de vidraças de bancos e lojas e incêndio de lixeiras, utilizadas como "propaganda pela ação", são inofensivas aos interesses capitalistas e nocivas à mobilização e organização da juventude.

A presença de black blocs nas manifestações não só é um prato cheio para a infiltração de agentes provocadores do Estado, como afasta das manifestações outros milhares de jovens. Por fim, transmite a ideia de que essa seria a via mais "revolucionária", verdadeiramente combativa, que incomoda o Estado.

Nenhuma vidraça quebrada incomoda verdadeiramente o Estado governado pelos golpistas. Esses só poderão ser derrotados com a resistência à ofensiva contra os nossos direitos. É uma tarefa para milhões de homens e mulheres, de jovens, em unidade com classe trabalhadora, cujas organizações preparam para o dia 22 de setembro um esquentado da greve geral.

Por isso é um grave equívoco aqueles que defendem ser necessário estabelecer uma relação com os black blocs, como um fator de ajuda às mobilizações.

Nossa tarefa é ajudar a organizar os jovens que despertam para luta e

mobilizar cada vez mais jovens para as manifestações, discutindo com a juventude aonde ela está. Nos bairros, nas escolas, faculdades. É isso que deveriam estar fazendo as entidades estudantis (UNE, UBES etc.). É a tarefa da hora.

Luã Cupolillo

SUGESTÃO DE LEITURA



Compre o livro através do nosso site

Infância sem futuro

Crise do capitalismo destrói vida de milhares de crianças

Numa profunda crise, o capitalismo representa uma avassaladora máquina de destruição de vidas de crianças ao redor do mundo. A recessão só aumenta o desemprego e empurra cada vez mais crianças para o trabalho infantil. As guerras e violentos conflitos são as principais causas desse crime bárbaro que extermina a infância de milhões.

Aumenta o trabalho infantil

Dados da Pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad-IBGE) revela que aumentou 15,5% o trabalho de crianças de cinco a nove anos. O trabalho infantil cresceu em todas as regiões do país em 2014, pela primeira vez desde 2005. Hoje, 3,3 milhões de pessoas, entre cinco

e 17 anos, trabalham no Brasil, a maioria meninos e negros, submetidos às mais degradantes condições de trabalho. Segundo representante da OIT (Organização Internacional do Trabalho) "a pobreza é determinante no trabalho infantil".

Especialistas preveem aumento em 2015-2016, principalmente com elevação do desemprego, porta de entrada do trabalho infantil. Situação que pode agravar, ainda mais, com ataques do governo usurpador aos empregos e à educação pública.

Já na província de Misiones na Argentina, presidida por Maurício Macri, aliado do golpista Temer, crianças de 4 anos trabalham na colheita de mate. Conhecidos como "tareferos",

estima-se que 50% deles começam a trabalhar nas plantações entre 5 e 14 anos, ganhando míseros 500 pesos (R\$ 110) por tonelada, que demora cerca de três dias para cada pessoa colher!

Vítimas da guerra imperialista

Ao menos 50 milhões de crianças ao redor do mundo deixaram suas casas por conta das guerras e da violência. A maioria destas está refugiada no exterior, outras se encontram deslocadas em seu próprio país. Em 2015,

45% destas crianças eram da Síria e do Afeganistão.

Esse é o resultado da política de guerra do imperialismo, especialmente dos EUA: destruição, miséria, violência contra povos e nações, e destruição de milhares de vidas de crianças e jovens.

Esse é o futuro que o capitalismo reserva a humanidade, por isso precisa ser combatido.

Abaixo a guerra e a exploração!

José Paulo

DESEMPREGO AUMENTA EVASÃO ESCOLAR

A destruição de postos de trabalho no Brasil está elevando o índice de evasão escolar. O desemprego de jovens entre 14 e 17 anos aumentou para 38,7% (Pnad-IBGE) neste ano. Muitos jovens estudantes são obrigados a abandonar a sala de aula para procurar emprego, principalmente após familiares serem demitidos. As previsões não são boas, segundo especialistas, porque o desemprego, atualmente em 11,3%, deve crescer - "A taxa de desemprego deve continuar piorando um pouco até o final do ano". Neste momento, mais que nunca, é necessário defender o emprego e o ensino público para a juventude. Nenhum direito a menos!



MENINO DE 4 ANOS COLHE FOLHAS DE MATE NA ARGENTINA

Antes do amanhecer um caminhão recolhe os trabalhadores - muitos, crianças - que passarão o dia no campo colhendo erva-mate. Esses trabalhadores têm a "opção" de viajar por até duas horas até a plantação todas as manhãs, saindo às 5h, ou morar no sítio, em barracas de lona preta, sem banheiro, luz ou água limpa.

22 de setembro: rumo à greve geral

A cada dia, a cada gesto, a cada ação e anúncio do governo golpista, fica clara a urgência de barrar o programa do golpe que visa o desmantelamento dos direitos trabalhistas e a entrega das nossas riquezas ao capital financeiro.

Não é por outra razão que o governo estadunidense, depois de brindar com os golpistas na abertura da Olimpíada do Rio, declare, através de seu vice-presidente, Joe Biden, que "os Estados Unidos vão continuar a trabalhar de modo próximo com presidente Temer, enquanto o governo do Brasil enfrenta desafios urgentes".

Os "desafios urgentes", para o imperialismo, estão inscritos na "Ponte para o futuro", o programa do golpe.

O governo dos EUA e os governos subalternos, os porta-vozes das multinacionais e as podres instituições brasileiras buscam dar sustentação a Temer e exigem as medidas prometidas.

Mas, a cada dia fica mais evidente também, o crescimento do sentimento que se expressa nas manifestações de rua, em eventos culturais e artísticos, em assembleias dos bancários, em campanha salarial, que decretaram a greve: Fora Temer! Diretas já!

Uma exigência que recoloca na ordem do dia a luta contra as instituições que estão aí para subjugar o país aos interesses imperialistas. "Com esse Congresso não dá", já

disseram as ruas em 2013. Não dá mesmo!

A cassação de Eduardo Cunha que comandou o golpe do impeachment não muda em nada a natureza desse Congresso. É preciso fazer a reforma política, através de uma Constituinte Soberana, para pôr abaixo as instituições que sustentaram o golpe e se preparam

AS INSTITUIÇÕES QUE SUSTENTAM O GOLPE QUEREM ATACAR OS TRABALHADORES E A NAÇÃO

para concretizar as medidas anti-operárias e antinacionais, inscritas no programa golpista.

A preparação da greve geral, por nenhum direito a menos, proposta pela CUT e apoiada por outras centrais sindicais, é a principal alavanca para barrar a ofensiva contra os direitos trabalhistas, contra a reforma da previdência, contra a destruição da saúde e educação públicas e contra a entrega do Pré-Sal.

"Sim à greve, nenhum direito a menos"!, é a disposição que a base de categorias dos trabalhadores vem mostrando em assembleias e consultas realizadas.

Nos próximos oito dias todo militante sindical tem uma só tarefa: preparar a o dia nacional de paralisação, rumo a greve geral por nenhum direito a menos.

O dia 22 de setembro, tem tudo para ser um verdadeiro esquentado para a greve geral. É hora de os sindicatos intensificarem a consulta à base como fator de mobilização e convocar assembleias para aprovar e organizar a paralisação do dia 22.

Mas a preparação do dia 22 não é tarefa exclusiva dos sindicalistas. Ela deve contar com o apoio das organizações estudantis e da juventude. Deve contar com o apoio, notadamente, dos partidos que estão contra o golpe.

Em particular as campanhas dos candidatos petistas nas eleições municipais, estão chamadas a ser um vetor de mobilização e aglutinação na luta contra o golpe e em defesa do PT.

O PT, cuja destruição é peça chave da ofensiva imperialista, não pode titubear. Recuperando a tradição de um partido que nasceu como instrumento de luta dos trabalhadores, é hora de superar todos os vestígios da política que buscou conciliação com as atuais instituições e os inimigos da nossa classe, superar a crise, e se reconstruir como um partido dos trabalhadores.

É para o que nos dispomos, com o Diálogo e Ação Petista, ampliando, com todos os petistas que querem resistir, a discussão "Pela Reconstrução do PT" e desenvolvendo a ação junto à luta dos trabalhadores.

Toda a força no dia 22 de setembro, rumo à greve geral, nenhum direito a menos!

CARTA DO LEITOR

Em uma situação na qual se constata o aumento do trabalho infantil (ver pag. 2) e o avanço da ofensiva pela precarização do trabalho, publicamos carta de um leitor onde ele denuncia as condições de trabalho dos auditores fiscais do trabalho, que estão em greve.

"Em greve reiniciada em 2 de agosto, os Auditores-Fiscais do Trabalho cobram do Governo cumprimento de acordo feito com a categoria em março de 2016. Seis meses após a assinatura do acordo, não houve outra alternativa a não ser retomar a mobilização que se estendeu de agosto de 2015 a março de 2016. Tanto as cláusulas remuneratórias quanto as não remuneratórias não saíram do papel. O envio do Projeto de Lei que reestrutura a Carreira dos AFT, antiga reivindicação da categoria e objeto de acordo entre o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e o Governo, ainda não foi enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. A carreira tem enfrentado diversos outros problemas como a falta de concurso público, valor irrisório da indenização de transporte e das diárias de viagens e a falta de estrutura para o desempenho das atividades de Auditoria-Fiscal do Trabalho. O descaso do Governo com a Inspeção Trabalhista contribui com a precarização e expõe os trabalhadores brasileiros a diversos riscos como de acidentes de trabalho além de contribuir com a informalidade e dificultar o combate ao trabalho escravo e infantil.

Lucas Reis da Silva,
Auditor-Fiscal do Trabalho membro do
Grupo Móvel Nacional de Combate ao Trabalho Escravo
Membro do Comando Nacional de Mobilização da Greve"

Memória

MOBILIZAÇÕES DESAFIAM REPRESSÃO DA DITADURA

A classe dominante levanta o velho fantasma da subversão e do radicalismo. A polícia de Figueiredo/Geisel reprime a greve dos bancários e o Movimento contra o Custo de Vida, prende militantes da Convergência Socialista. Arnaldo Prieto, ministro do Trabalho, ameaça as lideranças sindicais que tentam ir a Brasília pressionar o Congresso contra algumas reformas apresentadas pelo próprio regime militar. (...) Todos eles não têm poucos motivos para preocupação. E estes motivos não se encontram, fundamentalmente, na disputa palaciana entre duas candidaturas ao posto de Geisel. A razão é outra: o grande vigor que os trabalhadores estão demonstrando em seu movimento grevista, iniciado em maio último (...).

O Trabalho nº 9 - 12/9/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br
Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

O PT depois do golpe

Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima?

Na primeira reunião da Executiva após o impeachment, o PT adotou (v. box) uma caracterização clara do golpe, limitada nas conclusões e omissa no balanço.

Na reunião, após ouvir toda a lista dos inscitos, Lula fez uma longa e refletida fala. Começou dizendo que “o PT não merecia, por tudo o que fizemos. Jamais imaginei fazer tudo o que fizemos, nem que caíssemos assim”. Mas um balanço claro, certo ou errado, não apresentou. E terminou, em tom de desabafo, “tenho ouvido para ouvir, mas

também falo, vou defender o legado face aos erros que são mínimos”.

No meio, Lula falou do cenário mundial de ofensiva da direita, do papel da bancada parlamentar agora na oposição contundente a Temer. E para o PT, alternou a vontade de “reconstruir”, com a esperança profética de “ressurgir” ou “renascer”.

No imediato, a disposição de Lula voltar a acompanhar as reuniões das instâncias, tende a recompor a direção onde os dois campos principais - CNB e MSG -, saem abalados pela

derrota e divididos, como se viu na eleição de Maia a presidente da Câmara.

Como chegamos nisso?

No golpe, o PT parece cair de pé, apesar da crise, por ter mobilizado contra o impeachment, diferente, nesse sentido, do PCB no golpe de 1964, que sofreu uma derrota sem combate.

Mas o PT resistiu mais por pressão da base puxada pela CUT e as organizações populares nas ruas, do que pela iniciativa da cúpula. Ela passou a maior parte do tempo buscando votos de “aliados” inexistentes.

Com o grau de adaptação às instituições do Estado a que chegou, tendo desistido de transformá-las, a direção não se preparou nem preparou as bases para a luta de classes que voltou com tudo. Só sabia contar vantagem das conquistas, reais, mas parciais, que não eram tanto assim.

Reconstrução

Na opinião do Manifesto pela Reconstrução do PT (v. pág.5), um erro central foi ter renunciado, desde 2003, a luta pela Constituinte Soberana para fazer a reforma política e abrir

caminho para as reformas populares.

Agora, será o PT capaz de reagrupar as bases, sacudir a poeira e, num certo prazo, dar a volta por cima?

A dúvida procede. Falta um balanço que dê clareza à militância e credibilidade frente ao povo.

Por exemplo, na campanha eleitoral, só agora, tardiamente, Haddad em SP assumiu o Fora Temer, atacou o teto de gastos e a reforma da Previdência. Até há pouco o discurso era que o golpe não era bem assim - mais conciliação! Para não falar das alianças com os inimigos do povo que continuam em várias cidades.

Os defensores da Reconstrução do PT, pensam que a volta por cima implica em ligar a campanha pelas Diretas Já à luta por uma Constituinte Já, dando ao povo esperança de mudança de fato. Assim como, interno ao PT, significa largar mão do falido PED - a eleição decalcada das instituições corruptas - para eleger novas direções em encontros de base, num partido militante de massas, não massa de manobra.

Markus Sokol

RESOLUÇÃO DA EXECUTIVA DO PT

O primeiro documento do PT (02/09/16), após a destituição da presidente Dilma, caracteriza o acontecido:

“O processo de impeachment, sem crime de responsabilidade, mesmo disfarçado por ritos institucionais, tem nome: golpe de Estado”. Analisa que “o governo usurpador se associa, como sócio menor, à reorganização da hegemonia norte-americana na América Latina”. E denuncia que “a violência do Estado inclui a sistemática perseguição do PT e de suas principais lideranças, especialmente o ex-presidente Lula, por setores do aparato judiciário e policial, que transformaram a Operação Lava Jato em um dos aríetes do movimento golpista”.

A Resolução conclui que “se antes havia divergências sobre a proposta de antecipação de eleições presidenciais, agora a situação é outra, pois o Estado tem à frente um governo usurpador, ilegítimo, sem votos, com um programa antipopular e antinacional”. E resume a orientação no “Fora Temer! Nenhum Direito a Menos! Diretas Já!”.

“Fora Temer e o governo golpista em Salvador”

Celi Taffarel, educadora e candidata a vereadora pelo PT



Ex-diretora da Faculdade de Educação da UFBA, Celi Taffarel é candidata a vereadora pelo PT. Educadora há 40 anos, foi dirigente do sindicato nacional da categoria, o ANDES-SN.

O Trabalho - Qual a relação entre a luta “Fora Temer” e as eleições municipais?

Celi - É o elemento central. Primeiramente, Fora Temer, porque é um ilegítimo sustentado pelo imperialismo, pelo empresariado, a mídia golpista, o judiciário parcial e o parlamento entreguista que atenta contra os direitos, os serviços públicos e as políticas sociais.

Porque um governo usurpador é um ataque aos frágeis direitos democráticos que conquistamos. Este golpe foi infringido ao povo por 61 senadores que desconsideraram 54 milhões de votos. Daqui para frente, arriscamos não ter mais segurança de ver o resultado das urnas respeitado.

E porque representa a implementação dos planos dos perdedores - PSDB, DEM e demais partidos golpistas.

Por fim, há relação entre a particularidade de Salvador - altos índices de desemprego, genocídio da juventude negra e baixa escolaridade - com a falta de serviços essenciais de educação, saúde, cultura, lazer, esporte, moradia, transporte e segurança, na maioria dos 163 bairros, sendo governada por ACM Neto, do DEM golpista.

Nossa luta em Salvador também é por nenhum direito a menos, e vai ser incessante contra projetos Câmara de Vereadores que ameacem os direitos conquistados. Ao contrário, meu compromisso é um mandato a serviço de bandeiras como a aplicação da Lei do Piso Salarial dos professores.

“O Partido que tem melhor condição de dialogar com os trabalhadores”

Betão, vereador candidato à reeleição pelo PT de Juiz de Fora (MG)



Roberto Cupollilo é professor e diretor do Sinpro-JF. Vereador em segundo mandato, é candidato a reeleição.

O Trabalho - É preciso defender o PT na campanha?

Betão - A melhor forma de discutir a questão é, em primeiro lugar, colocar as reivindicações dos trabalhadores. Porque, afinal, esse é o papel do partido. Então, sua defesa está intimamente ligada a continuarmos mantendo candidaturas como expressão da luta por essas demandas. Na minha campanha, traduzimos isso em nossos materiais,

nos comícios, em todas as oportunidades que o momento eleitoral abre.

É necessário, também, trazer para as eleições municipais, a discussão nacional sobre o golpe dado contra o povo, colocando de forma muito clara a luta pelo Fora Temer e a necessidade de Eleições Diretas para presidente. Mas, ao mesmo tempo, colocar a necessidade de uma Assembleia Constituinte para fazermos uma reforma política nesse país, que possa desenvolver de verdade os direitos do povo.

Temos buscado colocar no nosso material, os ataques de que os trabalhadores estão ameaçados por este governo golpista, os direitos trabalhistas em cheque, o risco de entrega do Pré-sal e outros.

Por fim, entendo que não podemos esconder o PT na campanha. Infelizmente, temos candidatos, em várias cidades escondendo a estrela, o vermelho. Assumir a luta contra o golpe é o contrário disso. E deixamos claro que este é o partido que tem as melhores condições para dialogar com os trabalhadores.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



DIÁLOGO ITINERANTE PELA RECONSTRUÇÃO DO PT

Depois do lançamento em 19 de agosto, a base começa a discutir

Mais de 20 reuniões em vários estados já foram realizadas, como parte do diálogo itinerante com os militantes, aprovado no lançamento nacional do Manifesto pela Reconstrução do PT, do Diálogo e Ação Petista (DAP). Outros encontros estão agendados para as próximas semanas, e mesmo após as eleições.

As reuniões discutem os pontos extraídos do Manifesto e definidos no ato de lançamento como base para um circuito de debates com os militantes do PT.

Esses pontos dizem respeito ao balanço necessário que o PT deve fazer rumo à sua reconstrução, num momento grave, em que a presidente eleita por mais de 54 milhões de votos é afastada e em que um governo ilegítimo trama um ataque sem precedentes contra os trabalhadores, suas organizações e a soberania nacional. A página do DAP ouviu, Roberto Miguel, diretor do Sindicato dos Vigilantes, diretor da CUT/



Roberto Miguel

DF e membro da direção nacional da CUT, que participou do ato de lançamento do Manifesto pela Reconstrução do PT. No lançamento, ele falou em nome da Unidade na Luta, corrente do PT-DF, nacionalmente identificada com a CNB.

“Reatar com a base partidária”

O manifesto dos sindicalistas, “O PT de volta para os trabalhadores”, continua atual? Como reatar os laços com a base social do partido?

O manifesto continua válido, mas é necessária uma atualização em virtude da mudança conjuntural com o golpe ins-

tucionalizado. Uma nova plenária sindical dos petistas seria oportuna. Reatar com as bases, especialmente a sindical, passa entre outras ações por uma intensa relação com a direção partidária e com nossos parlamentares. É inadmissível a defesa de projetos contra os interesses da classe trabalhadora por nossos representantes.

Metade da bancada federal do PT votou no golpista Maia para presidente da Câmara. Como chegamos a essa situação?

Por uma total liberdade de atuação dos nossos representantes, sem um mínimo de encaminhamento e decisões políticas de nossa direção nacional, fruto de sua lentidão, apatia e distanciamento das bases.

Como resultado da AP-470 e da Lava Jato, vários dirigentes do PT foram presos. E a perseguição continua.

A atuação da direção nacional e de muitas de nossas lideranças com relação

à prisão e perseguição de nossos companheiros é vergonhosa. Uma campanha nacional e internacional pela liberdade de nossos presos políticos se faz urgente e já está atrasada.

A necessária reconstrução do PT inclui mudanças no regime interno. Como você vê o PED?

O processo de eleição direta foi uma oportunidade de ouvir toda nossa militância na eleição de nossas direções. O PED não pressupunha o fim do debate interno e o afastamento de nossa militância dos debates. Mas foi o que efetivamente aconteceu. Não acredito que a simples volta dos encontros democráticos garanta a volta do debate. Rediscutir o PED, a formação política, a volta de critérios mínimos para a filiação partidária e regras e limites para a atuação dos gabinetes parlamentares no interior do partido, são ações que poderiam começar a trazer nossa militância de volta à vida partidária.

No CEARÁ, O CRESCIMENTO DO DAP

Cerca de 40 militantes se reuniram no dia 30 de agosto, na sede estadual do PT, em Fortaleza, para o lançamento local do Manifesto pela Reconstrução do PT. A mesa dos trabalhos foi conduzida pela coordenadora do Diálogo e Ação Petista no Ceará, Leda Vasconcelos, pelo deputado estadual do PT e ex-prefeito de Juazeiro do Norte (candidato agora a vice-prefeito do município), Manoel Santana, Rafael Tomyama, pelo gabinete do vereador Deodato Ramalho, e Eudes Baima, que apresentou o Manifesto e as conclusões do ato de lançamento nacional ocorrido no dia 19 de agosto. Registre-se ainda a presença do coletivo de juventude petista Núcleo Popular.

Leda abriu os trabalhos falando do momento (a reunião realizou-se na véspera da aprovação do impeachment de Dilma pelo Senado): “Está aberto o caminho para uma ofensiva decisiva sobre o PT e as demais organizações. Este debate não pode ser adiado”.

Eudes destacou que fazer um balanço dos últimos anos é uma questão de vida ou de morte, e que é necessário garantir a realização do Encontro Nacional, pondo em questão o formato de eleição pelo PED, decalque para dentro do PT do sistema político apodrecido. “É necessário um balanço da política de governo e do partido, do respeito obsequioso às instituições, da política econômica recessiva



Em Fortaleza, militantes discutem o futuro do PT

no governo Dilma, a negação das reformas estruturais e, coroando tudo isso, as alianças notoriamente suicidas, tudo está ligado”, afirmou. Disse que o PT precisa apoiar proposta da CUT de greve geral por nenhum direito a menos.

Manuel Santana falou da caça aos petistas aberta pelo processo do “mensalão”, e disse que, angustiado com a situação do partido, veio ao lançamento do Manifesto para encontrar um lugar onde possa debater suas dúvidas e incertezas. Ressaltou que, em recente pesquisa, o povo de Juazeiro ainda mantém sua referência no PT e em sua própria pessoa, lembrado como prefeito do partido.

Rafael, dirigente da Corrente Articulação de Esquerda, afirmou que tem em geral acordo com o conteúdo do Manifesto, ressaltando que não é a primeira

vez que o mandato e o DAP agem juntos para abrir este debate no partido e nos movimentos. Afirmou a necessidade

de garantir a realização do Encontro extraordinário e sua concordância particularmente com o fim do PED. Chamou atenção para a campanha eleitoral, cujo sentido deve ser o de combate ao golpe, sendo inadmissíveis as coligações que foram feitas e a existência de candidatos do partido que escondem o nome do PT, suas cores e sua estrela.

Mais oito companheiros tomaram a palavra; foram lidos os pontos para debate adotados no lançamento nacional e os presentes se comprometeram a dar seguimento às reuniões para discutir esses pontos e o Manifesto, sendo que o companheiro Santana disse que irá convocar uma reunião em Juazeiro do Norte.



Colunas do Diálogo e Ação Petista têm marcado presença nas manifestações contra o governo golpista. Em Recife, no Grito dos Excluídos em 7 de setembro, o DAP se fez presente com faixas e pirulitos, em defesa dos direitos e da Constituinte.

Bancários em greve por reajuste salarial

Nas assembleias um grito presente é “Fora Temer”

A greve nacional dos bancários, iniciada 6 de setembro, só cresce. Os banqueiros, “pagando para ver”, na última reunião de negociação (13/9) mantiveram a proposta de reajuste de 7% nos salários, abono de R\$ 3.300,00 e sem garantia alguma de emprego. A proposta não cobre a inflação do período de 9,62%. Os bancários reivindicam 5% de aumento real, além de PLR de 3 salários mais R\$8.317,90 e piso de R\$ 3.940,24 (salário mínimo do Dieese em valores de junho). O Comando Nacional dos Bancários recusou a proposta e orienta fortalecimento da greve.

Nas assembleias os bancários reafirmam a disposição de luta. Os banqueiros, que apoiaram o golpe, acham que agora poderão ir mais longe para esfolar a categoria. Não é por acaso que as assembleias dos bancários têm terminado com o grito de “Fora Temer”.

O Estadão, golpista, preocupado, em editorial, “Ensaio de uma greve geral” (13/09) diz: “sob coordenação da Contraf-CUT, eles entoaram o mantra ‘Fora Temer’ e afirmaram que a paralisação também tem por objetivo desgastar o governo do novo presidente da República. A ideia é fazer da greve dos bancários um ensaio preparatório de uma greve geral contra as reformas trabalhista e previdenciária...”

Os banqueiros não querem dar



Cresce adesão dos bancários à greve

reajuste de acordo com a inflação, o governo golpista pretende, entre outros ataques, privatizar a Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. A campanha salarial dos bancários integra a defesa desses bancos públicos.

Para o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, “Os trabalhadores não criaram crise nenhuma e não querem pagar o pato. Por isso a greve aumentou. Tivemos hoje a adesão dos bancários à greve e, em alguns estados, dos cooperários (trabalhadores em Cooperativas de

Crédito), mostrando que a insatisfação com os patrões do sistema financeiro cresceu.” (site)

Há 9 dias em greve, a disposição dos bancários, ligando a luta pelas suas reivindicações específicas à luta contra o governo golpista, é um ponto de apoio para a preparação do dia 22 de setembro, dia nacional de paralisação, proposto pela CUT e, sim, um dia de “esquenta” para a greve geral, por nenhum direito a menos.

João B. Gomes

CORREIOS

Os trabalhadores da ECT (Correios e Telégrafos) também estão em campanha salarial.

A direção da empresa, apesar de ter recuado em alguns pontos propostos na pauta dos trabalhadores, apresentou uma proposta de reposição salarial abaixo do valor da inflação do período e parcelada, a segunda parcela seria em fevereiro de 2017.

A ECT está na mira dos golpistas para ser privatizada, o que coloca a defesa da empresa na pauta da campanha salarial da categoria. No fechamento dessa edição, os trabalhadores do correio discutiam uma greve da categoria, por decisão do congresso da FENTECT (federação dos trabalhadores de ECT)

“Defendemos que nossa greve também seja um momento de avançar na construção da greve geral ‘por nenhum direito a menos’”, propõe o Boletim “Em defesa da FENTECT Independente e de Luta”, chamando a “unidade da categoria para enfrentar o governo golpista e a direção da ECT.

Sim à greve geral!

Consultada, a base mostra disposição de ir à luta

Os sindicatos estão realizando consultas às suas bases para saber opinião dos trabalhadores sobre a necessidade de uma greve geral para defender os direitos ameaçados pelo governo golpista de Temer.

Em Pernambuco, o SINTEPE (trabalhadores da rede estadual de educação) decidiu em assembleia realizar consultar sua base através do voto direto. Dos 5354 votantes, 92% disseram sim e 8% disseram não à necessidade de ter greve geral. A direção do SINTEPE se reunirá para tomar as medidas na defesa dos interesses dos trabalhadores, em especial aos ataques à educação pública. O SINTEPE publicou o resultado desta consulta em jornal de grande circulação, já dando o recado para o golpista.

Em São Paulo, o SINDSEP (servidores municipais da capital) vem realizando consulta na base e no site da entidade. Já são de 2613 que votaram, 90% dizem sims à pergunta: Você estaria disposto a fazer uma greve geral com o conjunto dos trabalhadores para defender todos esses direitos e conquistas? Apenas 10% se dizem

contrários.

Também em São Paulo SINDSAÚDE, SINPSI (Psicólogos), SIMESP, Comitê contra o Golpe av. Paulista/Quartirão da Saúde) com apoio da CUT- SP, realizaram enquete junto a servidores do estado no IAMSPE (Hospital do Servidor Público Estadual). O hospital atende os servidores de todo o estado e de todas as categorias. Os delegados sindicais do SINDSAÚDE foram também consultar setores do hospital “fechados”, como centro cirúrgico para garantir a votação desses trabalhadores. Perguntados se “estaria disposto a participar de uma greve geral para defender esses direitos”, 93% responderam que sim, 6% não e 1% em branco.

A disposição dos trabalhadores em defender seus direitos, mostra para o governo golpista que não terá dias fáceis, se achavam que os trabalhadores estavam derrotados, estão bem enganados. As condições avançam para fazer do dia 22 de setembro um verdadeiro dia de “esquenta” rumo a greve geral.

CNTE chama paralisação nacional 22

Em defesa da educação e dos direitos trabalhistas

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) aderiu à convocação realizada pela CUT para o dia nacional de paralisação, o dia 22 de setembro (esquenta da greve geral). A categoria está chamada a discutir em assembleias, a participação na luta em defesa da previdência e da aposentadoria especial e dos recursos do Pré-sal para a educação pública. As assembleias também têm na pauta a luta contra os cortes previstos pela PEC 241, que congelam o piso nacional; contra o congelamento dos salários e limitações à carreira previstas no PLP 257; contra a política de terceirização previstas com Organizações Sociais (OSs); contra a meritocracia como política remuneratória e contra a Lei da Mordada.

Em São Paulo, a APEOESP (sindicato dos professores da rede estadual de ensino) já havia realizado uma assembleia de 26 de agosto. Já ali os professores decidiram participar da paralisação nacional do dia 22/09, quando será

realizada nova assembleia. Integrando sua luta específica à luta geral dos trabalhadores, os professores paulistas não aceitam o aumento da contribuição da previdência de 11% para 14%, rechaçam a unificação e aumento da idade mínima para 65 anos, exigem a aplicação da jornada da Lei do Piso e um reajuste emergencial de 16,66% para repor as perdas inflacionárias.

Essa disposição de construir uma ação comum com todos os trabalhadores vai se estendendo em diferentes cidades. Os professores e servidores de Araucária (PR), por exemplo, em assembleia do SISMMAR, realizada em 1º de setembro, decidiram, por unanimidade, aderir apoiar a greve geral.

Os trabalhadores em educação se engajam na para derrotar os ataques aos serviços públicos e aos direitos da classe trabalhadora, pretendidos pelos golpistas.

Nelson Galvão

Toda força na paralisação em 22 de setembro

O movimento da greve geral já está em curso

Após mobilizações que reuniram mais de 10 mil trabalhadores – em particular servidores públicos – em Brasília nos dias 12 e 13, a Executiva nacional da CUT reuniu-se em 14 de setembro para decidir os próximos passos do movimento pela deflagração da greve geral por “Nenhum direito a menos” contra as medidas de ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários e à soberania nacional pretendidas pelo governo golpista de Temer.

No fechamento desta edição, a reunião apontava a prioridade de concentrar energias nas paralisações que devem ser o centro do dia de luta de 22 de setembro, a partir dos relatos das CUTs estaduais e ramos, e encaminhava a realização de uma nova paralisação nacional, centrada no funcionalismo, em 5 de outubro em rechaço ao PL 241 (teto de gastos públicos) – para desembocar na greve geral em meados de novem-

bro, data que será indicada após balanço do 22 de setembro.

“Hora da onça beber água”

Abaixo reproduzimos trechos da fala de Julio Turra na abertura da reunião:

“Chegou a hora da onça beber água. Garantir a mais ampla paralisação em 22 de setembro é a tarefa imediata para derrotar os golpistas no terreno da luta de classes, criando o terreno para uma greve geral nos próximos meses.

A hierarquia das palavras de ordem que a CUT deve assumir é: nenhum direito a menos, greve geral, fora Temer, diretas já com Constituinte para a reforma política. Isso nos unifica e permite um diálogo no interior das Frentes, sendo nossa prioridade preparar a ação unitária da classe.

Concentrar forças no esquentar da greve geral do dia 22, cujo resultado vamos medir no grau de paralisação

obtido, e não no tamanho dos atos do final da tarde. No dia 29 de setembro vamos apoiar a paralisação dos metalúrgicos, encarando-a como mais um esquentar da greve geral.

A unidade na ação com as demais centrais deve ser buscada, mas não condicionamos a consenso com reacionários como o Paulinho a deflagração da greve geral. O que nos interessa são setores da Força sindical, como químicos, metalúrgicos do Paraná e outros, que querem resistir aos ataques de Temer.

As greves gerais verdadeiras que a CUT capitaneou sempre foram processos tumultuosos, daí a importância de estarmos coesos. O movimento deve vir de baixo, de nosso trabalho de base.

Podemos sair bem armados dessa reunião com um plano de preparação da greve geral para novembro deste ano.

Correspondente

Ficamos na CUT!



Plenária do Congresso do Sintrasm

Os cerca de 150 delegados do IX Congresso do Sintrasm – municipais de Florianópolis (SC) – eleitos para representar aproximadamente 10 mil trabalhadores do serviço público e da COMCAP (empresa pública de coleta de resíduos), reuniram-se de 1 a 3 de setembro.

No período de preparação seis teses foram inscritas ao debate: Esquerda Marxista, Unidade Classista, CSP-CONLUTAS, Intersindical, Tribuna Classista e Unidos Vamos à Luta-CUT (integrada por militantes da CUT Independente e de Luta).

Durante o processo de discussão a categoria por unanimidade deliberou a construção da greve geral chamada pela CUT: Nenhum direito a menos! Fora Temer! Aprovando a participação no esquentar da greve geral dia 22 de setembro.

Os delegados também por ampla maioria caracterizaram como golpe o processo de impeachment sem crime de responsabilidade da presidente Dilma, contra a posição apresentada pela tese da CSP-Conlutas de que não houve golpe. A categoria também discutiu a organização da luta contra o desmonte no serviço público com o PL 257 e a PEC 241 além da política municipal de cortes no orçamento fruto do ajuste fiscal.

Na discussão de organização sindical uma velha polêmica apresentada pela CSP-CONLUTAS e Unidade Classista apoiada pela Intersindical apareceu: a desfiliação da CUT. O argumento era o velho conhecido de que a CUT está burocratizada e traiu os trabalhadores (reforma da previdência 2003) além do rasteiro e oportunista questionamento sobre o valor financeiro de contribuição a Central. A categoria não caiu no discurso oportunista, pois sabe quem protagonizou a luta contra o ajuste fiscal e o golpe que agora ataca os trabalhadores com proposta de retirada de direitos e com 70% dos votos manteve a filiação a CUT.

A categoria sai fortalecida, animada e organizada para os enfrentamentos que estão à frente, na luta contra o governo golpista do Temer e seus apoiadores na prefeitura municipal.

Correspondente

Os 14 dias depois da posse do golpista

Desde 1º de setembro as manifestações Fora Temer não param

Os primeiros 14 dias do novo governo, a partir do momento final da votação do impeachment no Senado, mostram uma disposição renovada para enfrentar o golpista e os ataques previstos.

A consumação do golpe gerou revolta. Na semana que começou, no dia 29 de agosto, com a defesa de Dilma na última fase do processo, São Paulo viu atos diários de milhares de pessoas, em especial jovens, que voltavam às ruas todos os dias encarando a repressão da PM na tentativa de impedir que as manifestações contra o golpe prosseguissem. Não adiantou. Várias outras cidades do país tiveram uma série de mobilizações no mesmo período, em muitos casos também denunciando a violência policial, como foi em Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC).

O principal momento, até agora, foi o domingo dia 4, com mais de 100 mil pessoas na Paulista, manifestação organizada em menos de quatro dias, com pouca estrutura. Durante o ato, muitos ironizaram a fala de Temer na véspera, se referindo aos manifestantes como “40, 50, 100 pessoas, não mais do que isso”. Funcionou ao contrário a tentativa do governo de minimizar os protestos.

O novo ânimo também ajudou a construir o Grito dos Excluídos, no



7 de setembro, manifestação do Grito dos excluídos em Recife

feriado da Independência, numa mobilização muito superior a dos últimos anos. Foram manifestações em mais de 50 cidades – em São Paulo foram três no mesmo dia. O principal protesto desse dia foi em Recife, com 20 mil nas ruas.

Manifestações em outros palcos

O rechaço ao golpista está tomando diferentes momentos da sociedade brasileira. Na abertura das paraolimpíadas, por exemplo, Temer foi recebido com ensurdecadoras vaias. Antes da cerimônia, os gritos de “Fora Temer” ecoaram pelo estádio.

A vida não anda fácil para o golpista. No desfile oficial de 7 de setembro em Brasília, com medo das vaias, Temer tentou aparecer o mínimo possível, nem ao menos chegou em carro aberto

como é tradição. Tampouco passou as tropas em revista. Tudo para ficar menos exposto ao público. De novo, não deu certo.

A Bienal de São Paulo também começou com protestos. Foram intervenções que pediam “Fora Temer” e “Diretas já”, realizadas por coletivos de artistas. Entre eles, um era oriundo da ocupação da Funarte, no movimento que ocupou diversos prédios públicos logo nos primeiros dias do governo interino, quando Temer extinguiu o Ministério da Cultura. Na Bienal, houve marchas na coletiva de imprensa às vésperas e no dia da abertura, inclusive com a manifestação de um curador do evento.

Priscilla Chandretti

O roteiro do show de horrores do golpe

Nas medidas anunciadas ou já tomadas, uma política de terra arrasada

O crescimento da mobilização após o dia 31 de agosto mostra que começa a ficar claro para a maioria trabalhadora e a juventude, o desastre que representa deixar o país na mão dos golpistas. Os brutais ataques pretendidos não ficarão sem resposta.



Publicidade no Jornal O Estado de S. Paulo, 19 de fevereiro de 2002, A-7.

O governo FHC tentou fazer a reforma trabalhista. A CUT organizou a resistência e o projeto foi engavetado

Reforma Trabalhista

O eixo da reforma trabalhista que o golpista Temer prepara é sobrepor o negociado sobre o legislado. Ou seja, as garantias mínimas legais -- 8 horas diárias de trabalho e 44 horas semanais; férias remuneradas; 13o etc -- poderão ser abandonadas se uma negociação entre trabalhadores e patrões assim decidir.

Determinados a reduzir o "custo do trabalho", mas temerosos da reação dos trabalhadores contra seu frágil governo, os golpistas apresentam, retiram e reintroduzem várias propostas de quebra de direitos, mantendo firme, porém, a ideia central do "negociado sobre o legislado".

Um esboço da reforma a ser enviada ao Congresso, apresentado pelo ministro golpista do trabalho, Ronaldo Nogueira, incluiria a possibilidade de contratação por produtividade ou por horas trabalhadas -- além da jornada de trabalho -- e o de aumentar o limite de jornada de trabalho diária para 12 horas. Pegou mal e os golpistas saíram dizendo que "não era bem assim".

O ministro, cara de pau, disse que "não tem nenhum risco de o trabalhador perder direitos". Mas revelou que o objetivo da nova legislação é "trazer segurança jurídica a casos" em que convenções coletivas quebram a legislação. Hoje, se sindicalistas pelegos, ou se uma assembleia, decide (sob pressão do facão do patrão) quebrar direitos garantidos na CLT, a empresa pode facilmente ser processada na Justiça. A reforma de Temer impediria tal processo.

Já se antecipando e forçando o caminho para a reforma pretendida por Temer, juízes de uma subseção do Tribunal Superior do Trabalho do Rio Grande do Sul decidiram reconhecer, agora, um acordo feito em 1997

pela empresa Braskem "diretamente com seus empregados", contra a vontade do Sindicato dos Trabalhadores Químicos que instituiu turnos ininterruptos de 12 horas de jornada. Embora os sindicatos tenham recorrido, a mídia golpista já festeja "o precedente aberto" (Estadão, 10/09). E, no último dia 13, o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, determinou que um acordo entre a usina Olho D'água e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que suprime o direito garantido na CLT de pagamento de horas intinere (horas pagas pela empresa quando não tem transporte público regular entre a casa e o local de trabalho), prevalece sobre a lei.

MP quebra auxílio-doença e aposentadoria por invalidez

Uma Medida Provisória (MP-739) baixada pelo governo golpista, acaba com os direitos ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez que tenham, sido concedidos há mais de dois anos. Dificulta também o acesso ao salário-maternidade para o trabalhador que tenha deixado de ser segurado, em caso como o de demissão. Com isso a MP quebra os direitos da Lei de Benefícios da Previdência Social.

A MP cria, ainda, incentivos aos médicos-peritos do INSS para tornar mais severa a "fiscalização", impedindo ao máximo o acesso a tais direitos. O que se pretende é cortar os custos de tais benefícios -- que em 2015 foram de quase R\$ 30 bilhões. O ministro da Fazenda, Meireles, reclama que despesas com aposentadoria por invalidez, por exemplo, quase triplicaram nos últimos dez anos. Ele quer garantir que esse dinheiro seja carreado ao pagamento de juros aos banqueiros

Lei de terceirizações

Temer pressiona o Senado para acelerar a aprovação do Projeto de Lei das

Terceirizações, que libera as empresas para terceirizarem as "atividades-fim". Por exemplo, uma montadora de automóveis poderá terceirizar não apenas os serviços de segurança e de limpeza, mas praticamente todos seus trabalhadores, contratando de empresas terceirizadas que não pagam benefícios nem respeitam os acordos com o sindicato. Na prática isso significará o fim dos direitos inscritos na CLT (PL559).

Tudo para "reduzir a enorme insegurança jurídica que paira sobre os empregadores no país" que procuram reduzir custos terceirizando para "ganhar competitividade num mundo globalizado". (O Globo, 11/9)

Reforma da Previdência

Temer decidiu encaminhar a proposta de reforma da Previdência para o Congresso ainda em setembro. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) ainda tenta adiar o processo dizendo que haveria dificuldades para a reforma começar a tramitar nas próximas semanas, período eleitoral em que a Câmara estaria num "recesso branco". Mas Meireles, expressando a exigência dos "mercados financeiros" exigiu que Temer enfrentasse o "tema impopular".

O movimento sindical, junto com uma frente parlamentar mista -- dirigida pelo senador Paim (PT-RS) -- mobilizam para barrar a aprovação da reforma da Previdência.

Numa cartilha por eles elaborada, os principais pontos visados pela Reforma Previdenciária de Temer são desmistificados. É com base em tais pontos que os golpistas pretendem justificar o aumento da idade mínima para se aposentar, a desvinculação das pensões ao salário-mínimo, a restrição ao acesso a pensões por morte e à aposentadoria rural.

A mídia e os "mercados" falseiam, por exemplo, ao dizer que a Previdên-

cia é deficitária. Primeiro porque seus gastos são, de acordo com a própria Constituição, parte do orçamento total do governo -- e não algo à parte. Pois ela é entendida como um instrumento de distribuição de renda. Portanto, as aposentadorias e benefícios devem ser financiados não apenas com as receitas previdenciárias em si (contribuições dos trabalhadores e empresas), mas sempre complementados pelas receitas de impostos dos ricos. Assim não faz sentido em falar de déficit previdenciário. Ademais, houve nos últimos anos centenas de bilhões em desonerações às empresas (que foram liberados de pagar sua contribuição à Previdência). Há também trilhões em dívidas (empresas que têm dado o calote há décadas). Se tais empresas forem cobradas, há muito superávit!

Golpistas querem destruir TV Brasil

Os golpistas tentam desmontar a Empresa Brasil de Comunicações (EBC), que opera a TV Brasil. Logo após a votação do impeachment no senado, Rodrigo Maia, presidente da Câmara, substituindo Temer (em viagem a China) assinou Medida Provisória alterando os princípios e os objetivos da EBC, acabando com o mandato fixo de sua direção e permitindo assim trocar o comando da estatal.

Em seguida Maia e o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha exoneram Ricardo Melo - nomeado por Dilma - e nomeiam um golpista em seu lugar; extinguem o mandato de presidente e o Conselho Curador da empresa. Em batalha judicial, 12 horas depois a exoneração teve de ser revogada. A exoneração de Melo já havia sido tentada por Temer, em maio, sob o argumento de que a TV Brasil seria "operada pelo PT", mas a ação foi contestada pelo STF. Os golpistas pretendem, sob o argumento de "déficits", cortar brutalmente os investimentos na TV pública levando na prática ao seu desmonte.

Ataque à Comissão de Anistia

Após 3 dias após de consumado o golpe no Senado, o ministro da Justiça (ex advogado do PCC e patrocinador da violência da PM paulista), Alexandre de Moraes, trocou de 19 dos 25 membros da Comissão de Anistia. O Movimento por Verdade, Memória e Reparação acusa o governo de ter pela primeira vez, desde o fim da ditadura e da criação da Comissão, feito as substituições sem qualquer consulta, e nomeado apoiadores da ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964.



Mobilização da CUT, em 2014, contra projeto à época em votação na Câmara

Com esse Congresso não dá!

Cassação de Cunha não livra a cara dessa instituição apodrecida e golpista

Os golpistas podem pretender, com a cassação de Eduardo Cunha, dar “moral” a um Congresso rechaçado nas ruas, desde 2013, para que eles prossigam no caminho pretendido com a abertura do processo de impeachment: votar todos os projetos contra os interesses dos trabalhadores e da nação (ver abaixo e ao lado). Mas não vai colar.

Na sessão da Câmara dos Deputados, 12 de setembro, que votou a cassação de Eduardo Cunha, em sua defesa, o agora ex-deputado perguntou: “alguém tem alguma dúvida que se não fosse minha atuação, não teria processo de impeachment?”

É inegável que Cunha foi peça-chave no golpe do impeachment, papel confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que só “descobriu” que ele não tinha condições de continuar da presidência da Câmara, depois que Cunha organizou e foi o regente do vergonhoso espetáculo de 17 de abril.

Os mesmos deputados que nesse dia votaram alegremente, sob a batuta de Cunha, a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma, sem crime de responsabilidade, “descobriram”, agora - quando em abril todos os fatos já eram notórios -, que Cunha deve ser cassado. Isso para não falar de parlamentares que votaram Sim ao impeachment com pulinhos de alegria, e hoje estão sob investigação, como é o caso da deputada Raquel Muniz (PSD-MG).

Longe de serem “pontos fora da curva”, Eduardo Cunha e Raquel Muniz são um retrato do Congresso Nacional (Câmara e Senado).

Os deputados golpistas que votaram pelo impeachment de Dilma, e agora

pela cassação de Cunha, fizeram seu cálculo para melhor prosseguir no trabalho a serviço dos seus financiadores, portanto contra os interesses dos trabalhadores e da nação. E, lógico, nesta empreitada poder abocanhar alguma coisa para si mesmo.

A cassação para dar “moral” ao Congresso não tem como colar, pois a base do rechaço é que sua composição se faz com regras estabelecidas durante a ditadura militar, e é uma deformação da representação da nação nas suas instituições. A corrupção é só a expressão, nessa instituição, de uma oligarquia que quer espoliar, seja por que meios forem, a nação.

Deputados e senadores são eleitos sobre a base da negação do preceito elementar numa democracia, de que a cada eleitor deve corresponder um voto. Pelo número de deputados que cada estado elege, por exemplo, um voto em Rondônia corresponde a 11 votos em São Paulo. No Senado, os estados se fazem representar - em eleições majoritárias - por 3 senadores, independentemente do número de habitantes e de eleitores. É isso que faz com que no Senado a oligarquia latifundiária do Norte e Nordeste tenha



um peso desproporcional.

Tais regras deformadas de representação contam com a conivência da burguesia industrial pois alija as maiorias trabalhadoras da representação.

Senado de clãs oligarcas

Análise feita pela BBC Brasil mostra que entre os senadores “muitos deles carregam sobrenomes de peso. Dados da Transparência Brasil mostram que 60% dos senadores têm parentes na política.

Entre os ‘clãs’ mais numerosos na política estão os de Cássio Cunha Lima (5 parentes), do presidente do Senado, Renan Calheiros (4 parentes), e o de Jader Barbalho (3 parentes).

Para a cientista política da Ufscar, Maria do Socorro Braga, ‘são verdadeiras oligarquias’. ‘Praticamente em todo

Nordeste, quem está assumindo são filhos e netos. Essa é uma característica que acaba afetando a ampliação e a maior integração de outros setores.”

Cerca de 30% do Senado é composto pela bancada representante dos latifundiários. E esse Senado, que votou o impeachment de Dilma, sem crime de responsabilidade, tem 56% de senadores sob suspeita ou acusações que vão de improbidade administrativa, a corrupção passiva, passando por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. (Transparência Brasil).

Constituinte da Reforma Política

É essa maioria de deputados e senadores que já começa a discutir anistiar os envolvidos em crime de caixa dois. Lembre-se que os golpistas, senadores José Serra (PSDB) e Marta Suplicy (PMDB), o governador Geraldo Alckmin (PSDB), a ex-senadora Marina Silva (Rede), e Michel Temer (PMDB), foram citados em delação premiada na Lava Jato como beneficiários de caixa dois.

A luta pelo Fora Temer colocou as Diretas já. Mas essa proposta fica manca se não se abre a perspectiva de mudar as instituições. Por isso a necessidade de uma Constituinte Soberana para fazer a reforma política e pôr fim às instituições que patrocinaram o golpe. Afinal, uma nova eleição presidencial poderá ser anulada, como foram os 54 milhões de votos dados a Dilma, por essas instituições, de acordo com os interesses financeiros que as sustentam e os interesses do imperialismo que as comandam.

Misa Boito

“Abertura extraordinária”

Golpe para entregar tudo, e mais um pouco, à iniciativa privada

No dia 13 de setembro o golpista Temer anunciou um pacote de privatizações e concessões, chamado programa “Crescer”, cujo objetivo nas palavras dele é fazer uma “abertura extraordinária à iniciativa privada”. Nesse mesmo dia, o Congresso se preparava para avançar a votação de medidas que são parte do programa do golpe.

Na frente da fila estão o Projeto de Lei 241C que altera a Constituição para congelar os gastos públicos durante 20 anos, corrigindo apenas pela inflação, sem novos investimentos. Os serviços públicos ficariam ainda piores para alimentar o bolso dos banqueiros através do superávit primário. Por isso, uma medida comemorada pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal Filho, como



Brasília 13/09: No Congresso petroleiros contra a entrega do Pré-sal

uma “mudança estrutural muito importante para o Brasil”. Para se ter uma ideia do que significa tal projeto, se ele fosse aplicado nos últimos 10 anos o país teria deixado de investir mais de R\$ 500 bilhões em Saúde e Educação.

Outro projeto cuja votação es-

tava prevista para esse dia 13 é o PL 4567/16 que tira a obrigatoriedade da participação da Petrobras, e do conteúdo nacional, na exploração do Pré-sal. Ou seja, entrega o petróleo às multinacionais além de causar um impacto na indústria brasileira e perda da tecnologia acumulada. De olho na aprovação desse PL, o diretor global de Exploração e Produção da Shell, Andy Brown declarou: “é a mais promissora e atrativa oportunidade em águas profundas no mundo, em termos de produção

por poço e tamanho de área, estamos especialmente interessados no Pré-sal. Consideramos que ainda tem muito a ser descoberto”. (OESP, 2/09).

Mas, nesses dias 12 e 13 de setembro, petroleiros e servidores públicos, colocaram cerca de 15 mil trabalhadores em Brasília. “Fortalecidas pela presença em massa dos petroleiros nesta terça na Câmara, as lideranças dos partidos que fazem oposição ao governo Temer conseguiram adiar a votação do projeto para depois do primeiro turno das eleições municipais”. (Site da FUP). A luta para impedir que se concretize o programa do golpe, continua.

Nilton de Martins

G-20: dos discursos à realidade

Por trás de palavras sobre retomada da atividade econômica, está a ameaça de desabamento mundial

Os chefes de Estado e de governo do G-20 (o chamado grupo dos 20 países mais ricos do mundo – NdR) reuniram-se, em 4 e 5 de setembro, na China. Nesse encontro de cúpula, afirmaram que a liberalização das trocas comerciais é a alavanca para a retomada da atividade econômica: o G-20 assinalou a “oposição a qualquer forma de protecionismo em matéria de comércio e de investimentos”, segundo seu comunicado final.

Ao comentar esse comunicado, o editorialista do jornal financeiro francês “Les Echos” (6/9) escreveu: “Os dirigentes das grandes potências econômicas deram à luz um texto

que desejam que não seja muito lido”. As razões: “A convicção expressa de que o livre comércio é um trunfo se choca com a realidade (...): o comércio mundial se desacelera e novas medidas de restrição das trocas são aprovadas diariamente”. A realidade, em suma, é que a crise é mundial. A qualquer momento, a economia pode afundar.

A ameaça de falência do sistema bancário italiano é um sintoma dessa situação, que pode também desencadear um desabamento bancário na Europa, com repercussões mundiais. Ao mesmo tempo, a crise política atinge todos os governos do G-20 e, em primeiro lugar, os Estados

Unidos. As primárias para a eleição presidencial revelaram a profundidade da crise da classe dirigente estadunidense, incapaz de encontrar um governo capaz de impor suas exigências, tanto nos EUA quanto em escala mundial.

O imbróglio das relações entre EUA e seus aliados tradicionais (Turquia e Arábia Saudita) e o estabelecimento de acordos com países que há pouco tempo eram designados como hostis (Rússia e Irã) indicam que a situação no Oriente Médio foge ao controle dos EUA e que, de forma mais geral, está além da capacidade dos EUA a tarefa da manutenção da ordem mundial.

“Fadiga dos povos”

A própria União Europeia (UE) está em processo de desmembramento, enquanto todos os governos europeus estão em crise. O resultado do plebiscito (“Brexit”) no Reino Unido indica que, se os povos rejeitam a UE, para setores do capital financeiro, a UE não corresponde mais às novas necessidades exigidas pela situação.

Para o capital, é indispensável, diante da crise mundial, atacar de frente e de forma brutal tudo o que foi conquistado pela luta dos trabalhadores e de suas organizações. Mas a diretora do FMI, Christine Lagarde, se inquieta: “Desde 1990, a economia mundial nunca esteve tão débil”.

O jornal “Les Echos” (29/8) assinala: “Eleição estadunidense, referendo italiano, formação do governo espanhol, reeleição na Áustria, referendo na Hungria, depois eleições na França e na Alemanha (...). Esses escrutínios perigosos refletem a

CRISE DO REGIME ESPANHOL

O Parlamento espanhol não deu a maioria necessária a que Mariano Rajoy, do PP (neofranquista), fosse investido como primeiro-ministro. Mais do que uma obstrução parlamentar, é uma verdadeira crise de regime que se desenvolve. Nas eleições de junho, nenhum partido obteve maioria – o PP ficou com 33% dos votos, o PSOE (Partido Socialista) teve 23% e o Podemos, 21%. Apesar de pressões do aparelho de Estado, o PSOE recusou-se a apoiar a investidura de Rajoy, que teria como base “150 medidas” que significam a manutenção de ataques aos direitos e conquistas sociais. É impossível saber se o partido manterá essa posição, que, mesmo insuficiente, serve de ponto de apoio para os trabalhadores e os povos. Para forjar uma maioria alternativa, o PSOE precisaria se apoiar nas reivindicações dos trabalhadores e nas forças que defendem os direitos de todos os povos do Estado espanhol.

fadiga dos povos, que vem de uma crise muito longa, mas também da impotência dos políticos de tratar dos problemas”.

É bem a questão dos povos e de sua reação, conjugada à crise mundial, que atemoriza as cúpulas das grandes potências.

Marguerite Leuwen

Argentina: marcha abre discussão da greve

Milhares se manifestam em Buenos Aires



A marcha federal de 2 de setembro, quando cerca de cem mil se manifestaram em Buenos Aires, vindos de todas as partes do país, foi uma das mais massivas que se realizaram desde que Macri chegou ao governo, e abre uma nova perspectiva.

Ela foi convocada pelas duas Centrais dos Trabalhadores Argentinos (CTA), a Autônoma, encabeçada por Pablo Michelli e a dirigida por Hugo Yasky, que se identifica com o kirchnerismo. A convocação da marcha também contou com o apoio de sindicatos ligados à CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), recentemente reunificada, depois de 10 anos de divisão.

Diversos partidos de esquerda e movimentos sociais de desocupados, revitalizados nos últimos meses em função do aumento do desemprego, que também participaram da mobilização.

Há um acirramento do conflito social, com o combate da classe trabalhadora contra as demissões, o brutal aumento das tarifas públicas e a perda do poder aquisitivo, exigindo a reabertura dos convênios coletivos de trabalho.

Algumas seções sindicais da CTA-Autônoma não aderiram à mobilização criticando o protagonismo de

dirigentes ligados ao governo anterior e que seguem se reivindicando do kirchnerismo. Esses setores haviam convocado, dias antes, uma marcha da resistência que teve pouca repercussão.

A marcha federal, expressou um leque mais amplo do que o núcleo que coloca, como única alternativa, a volta da ex-presidente Cristina Kirchner ao governo, e aqueles que por diferenças políticas não buscam a unidade na ação com outros setores. O que evidencia que com sectarismo não será possível enfrentar o plano do governo Macri e a ofensiva patronal contra as conquistas dos trabalhadores. Uma ofensiva que exige uma resposta unitária até agora não dada. A CGT que discutia mais seu processo de unificação, foi postergando um chamado à ação comum.

Mas, uma das palavras de ordem central da mobilização de 2 de setembro foi o chamado a uma greve nacional. A marcha de 2 de setembro, colocou a necessidade da organização, para outubro, de uma paralisação nacional para a qual convirjam todos os setores sindicais.

Seguiremos acompanhando.

Correspondente



CHILE CONTRA AS AFP

Depois das enormes manifestações de 21 de agosto no Chile (leia em OT-793), a presidente Michelle Bachelet recebeu representantes dos movimentos que lutam pelo fim das AFP (Administradoras de Fundos de Pensão), sistema privado de aposentadoria. Na reunião, que teve ampla cobertura jornalística no país, o governo comprometeu-se a responder em breve aos documentos apresentados. Os porta-vozes da Coordenadora Nacional de Trabalhadores “Não + AFP”, entre os quais o secretário-geral da Confederação dos Bancários, Luis Mesina, dizem que, se as demandas não forem atendidas, as mobilizações continuarão. Estão previstas uma marcha nacional em 16 de outubro e uma greve geral em 4 de novembro.

Haiti: punição aos assassinos de Davidtchen

Campanha internacional responde positivamente ao apelo dos haitianos

Já se estendeu por 18 países a campanha que exige a punição dos assassinos de Davidtchen Simeon, militante haitiano contra a ocupação do seu país pela Minustah, morto em 13 de agosto por um grupo de homens armados, na saída de uma reunião do Moleghaf (Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade).

Dois outros militantes do Moleghaf também foram agredidos e ameaçados, em 21 e 28 de agosto. O autor das agressões, o policial Jean Maxime, foi intimado a depor em 25 e 29 de agosto, mas não compareceu. Desde o dia 30 de agosto ele é alvo de um mandado de condução coercitiva e não mais tem sido visto no bairro Fort National, em Porto Príncipe, onde houve o assassinato e as agressões. Mas ainda continuam a circular homens armados pela região, mantendo o clima de intimidação.

Contra esses ataques levantaram-se as mais diversas organizações e personalidades haitianas, com grande repercussão no rádio e televisão. O apelo internacional lançado desde o Haiti pela Confederação dos Trabalhadores dos Setores Público e



Enterro de Davidtchen Simeon, acompanhado por dezenas de pessoas entre familiares, amigos e companheiros militantes

Privado (CTSP), Bureau dos Advogados Internacionais (BAI) e Moleghaf, entre outros, ampliou-se com a adesão de Camille Chalmers, da PAPDA-Plataforma Haitiana por um Desenvolvimento Alternativo, do MODEP-Movimento Democrático Popular (Guy Numa), Movimento Popular Geração Dessalines (Erick Laplante), Batay Ouvriye, MPDP-Movimento Patriótico Democrático Popular, UNNOH-União Nacional dos Normalistas Haitianos e da economista Nathalie Lamaute-Brisson.

Do Brasil, continuam sendo envia-

das importantes moções, como a do Diretório Nacional do PT (assinada por Rui Falcão e Mônica Valente), do Sinpro-JF, Sintrase-Florianópolis, CPERS, Movimento Independente de Luta por Habitação de Vila Maria - S. Paulo, Sindicato dos Jornalistas-SP, Federação Nacional dos Jornalistas, SINSSP-Trabalhadores do Seguro Social e Previdência, Servidores Municipais-SP.

Fazer chegar às mãos das autoridades haitianas as moções pela punição dos assassinos de Davidtchen Simeon é indispensável para a pro-

teção dos militantes que estão com sua vida e integridade ameaçadas.

Para participar da campanha

Envie sua moção para os seguintes três órgãos do Estado haitiano:

POR CARTA, pois estes dois órgãos não possuem e-mail para receber mensagens:

- Ministère de la Justice et de la sécurité publique (MJSP): Av. Charles-Summer 18, Port-au-Prince
- Inspection Générale de la Police Nationale d'Haïti (PNH): 07 Autoroute de Delmas (zone Delmas 2, Haïti)

POR EMAIL:

- L'Office Protecteur Citoyen (OPC):
opc@protectioncitoyenhaiti.org;
opc-haiti@hotmail.com; e
plainte@protectioncitoyenhaiti.org

Enviar cópia para:

- cts.p.haiti@yahoo.fr
- avokahaiti@aol.com
- syntart76@gmail.com
- melajustice2016@gmail.com
- moleghaf17@yahoo.fr

E NO BRASIL:

- julioturra@cut.org.br

A África do Sul após a derrota do CNA

As eleições municipais de agosto terminaram com um resultado antes impensável

Criado há mais de um século, em 1910, o Congresso Nacional Africano-CNA, partido do qual foi dirigente Nelson Mandela, é o mais antigo movimento africano de luta contra a exploração colonialista e escravagista das potências imperialistas europeias.

Em função de sua história o CNA se considerava invencível e não podia admitir que sua própria política colocava sua posição em risco.

Ocorre que desde a ascensão do CNA ao poder, a pobreza da maioria negra foi agravada a um nível inimaginável. Além disso, particularmente sob o presidente Jacob Zuma, o governo africano tornou-se um dos mais corruptos do mundo.

Apesar de gastar somas mirabolantes nas eleições municipais de agosto, o resultado foi desastroso para o CNA. Perdeu as cidades mais importantes entre elas Johannesburg, Pretoria (sede administrativa do governo) e na Cidade do Cabo (sede do parlamento), além da cidade natal de Nelson Mandela.

E perdeu porque os partidos tradicionais brancos, de direita, como a Aliança Democrática (AD), basearam suas campanhas nas denúncias de corrupção do governo e de sua incapacidade em garantir o acesso da população aos serviços públicos, duas acusações que o CNA não tinha como negar.

Também pesou para a derrota o surgimento e fortalecimento do partido "Economic Freedom Fighters" (EFF-Lutadores pela Liberdade Econômica), dirigido por Julius Malema, que havia sido expulso do CNA.

O eleitorado liberal branco e a juventude negra (os nascidos após a queda do Apartheid, em junho de 1991, chamados "nascidos livres") votaram na AD, que saltou de um patamar de 8% nas eleições anteriores para quase 24% dos votos agora. O EFF obteve entre 9 a 11% e os demais partidos parlamentares tradicionais entre 1 e 2%.

Essa derrota histórica do CNA é um processo conhecido em outros países: quando um partido de base popular chega ao poder e, ou trai abertamente, ou não vai até o fim na ruptura com os interesses antipopulares e antinacionais, a população vira as costas e vota até mesmo em partidos de direita - como na Venezuela e Nicarágua - ou então se abstém e o partido sofre derrotas eleitorais.

Nas eleições municipais da África do Sul a participação foi de somente 49% dos eleitores. A alta taxa de abstenção decorre da decepção com a política do CNA.

Essa nova situação que vive a África do Sul foi aberta pelo massacre de Marikana (2012), quando a polícia atirou contra mineiros em greve. O



Em 2012 uma greve nas minas de diamante de Marikana exigia aumento de salário. A polícia atirou durante uma manifestação de trabalhadores grevistas, deixando muitos mortos

CNA jamais tirou as lições desses acontecimentos e se continuar com sua política atual é certo que perderá também as eleições nacionais de 2019.

A situação no movimento sindical

A maior central sindical da África do Sul é a Cosatu (Congresso Sul-Africano de Sindicatos) ligada ao CNA. A crise

desencadeada com o massacre de Marikana levou à expulsão, em 2013, da forte Federação dos Metalúrgicos-Numsa que denunciou a ação da polícia contra os mineiros.

Agora, a Numsa e os sindicatos que apoiaram dentro da Cosatu decidiram criar uma nova confederação sindical junto com outras entidades tanto independentes quanto filiadas à Cosatu e também à outra central, Nactu (Conselho Nacional de Sindicatos).

Lybon Mabasa, dirigente do Partido Socialista da Azânia (Sopa, da sigla em inglês; Azânia é a denominação da África do Sul utilizada pelos militantes da Consciência Negra), que apoia a criação da nova Confederação, explica que "obviamente, nós não comemoramos a divisão no movimento operário, mas a Cosatu apoiou o massacre de Marikana, preferiu ficar com o CNA inclusive quando eles mataram trabalhadores".

A nova confederação será autônoma em relação aos partidos e ao governo, uma primeira vez na África do Sul. É também uma ruptura com a política tradicional do CNA, que descumprir o mandato recebido dos trabalhadores.

Extraído de entrevista com Lybon Mabasa publicada em **Informações Operárias**, jornal do Partido Operário Independente da França.

Venezuela: 1º de setembro

Marcha da oposição não consegue dobrar Maduro

Havia enorme expectativa, criada pela mídia privada nacional e internacional, em torno da "ocupação de Caracas" convocada pela oposição pró-imperialista da Venezuela (MUD) para o dia 1º de setembro.

O que era considerado nos meios oposicionistas como "uma marcha sem volta", que "dividiria a história em dois", foi de fato uma grande mobilização, apoiando-se no resultado eleitoral de 6 de dezembro que lhe deu maioria na Assembleia Nacional e explorando o descontentamento popular com a situação econômica do país.

Entretanto a expectativa alimentada de que "o governo seria colocado de joelhos" e que o referendo revogatório do mandato de Maduro seria atendida ainda neste ano - ou mesmo que ele renunciaria - por imposição das ruas, frustrou-se.

Isso por que, enquanto a oposição concentrava seus efetivos no seu bastião no leste da capital, o centro de Caracas foi tomado por uma massa tingida de vermelho que, atendendo ao apelo vindo de Maduro, concentrou-se na Avenida Bolívar, "protegendo" o governo.

Com este "empate" nas ruas da capital, a oposição convocou novas manifestações descentralizadas em 7 de setembro, que ocorreram, mas com muito menos impacto e



Caracas, 1º de setembro manifestações pró e contra Maduro

participação. O governo Maduro, assim, ganhou um fôlego para continuar no poder

O povo trabalhador se mobilizou

A concentração na capital, convocada em 48 horas (a da oposição foi preparada por dois meses), frustrou o golpe e obrigou a direita a dosar seu apelo insurrecional.

As medidas adotadas por Maduro - decreto de emergência econômica, a missão de abastecimento soberano, o decreto de aumento salarial - foram decisivas para mobilizar o povo trabalhador na defesa do governo legítimo diante da ameaça de golpe de Estado.

Mas, até dezembro vão se suceder eventos importantes. Vai se resolver a questão do referendo revogatório, que para o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) não será neste ano, por

falta de tempo para que se cumpram todas suas etapas (se ocorrer em 2017 e Maduro for afastado, assume seu vice Aristóbulo Istúriz, daí a pressa da MUD).

Vão ocorrer também eleições para governadores, que a MUD decidiu boicotar. Uma tática que chama a atenção, pois eleições neste momento tendem a ser adversas ao governo e dariam palanque para fazer barulho pelo referendo em 23 estados!

Também está próxima a data da coleta de 20% das firmas (2ª etapa para o referendo), que, se obtidas, aumentariam a pressão nacional e internacional contra Maduro. O golpe ocorrido no Brasil se agrega ao cenário, pois desenha um plano de bloqueio da Venezuela em suas fronteiras por governos hostis (Brasil, Colômbia e Guiana).

O que é certo é que o governo conseguiu mobilizar a base ativa e militante do chavismo, o que pode ser um primeiro passo de um contra-ataque.

Uma ofensiva contra o desabastecimento por parte do governo, um reordenamento da atividade produtiva que se apoie na mobilização popular e da classe trabalhadora, são elementos chaves para fechar a porta para a oposição e o golpe. Não há tempo a perder nesta direção!

Alberto Salcedo,
desde Maracaibo

**acordo
internacional dos
trabalhadores
e dos povos**

PALESTINA

A coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos, reunida em Paris nos dias 2 e 3 de setembro, adotou um chamado à solidariedade, pela libertação de palestinos presos pelo Estado de Israel.

"Depois de 14 anos e meio passados em prisões israelenses, o companheiro resistente Bilel Kaid, após a sua saída, foi novamente colocado em prisão administrativa sem que qualquer prova tenha sido apresentada.

Bilel Kaid e outros prisioneiros palestinos no mesmo caso até começaram uma greve de fome há dois meses para protestar contra essa detenção injusta e desumana.

A Coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT) condena essas detenções ilegais e cruéis, se declarando solidária com os companheiros palestinos em luta pela sua libertação.

A Coordenação do AcIT exige a libertação imediata de Bilel Kaid e dos companheiros palestinos presos pelas mesmas razões.

A Coordenação do AcIT se dirige a todas as organizações membros do Acordo, a todas as organizações de trabalhadores e democráticas, para desenvolver uma campanha dirigida às embaixadas de Israel onde existirem, para obter a libertação de Bilel Kaid e dos companheiros palestinos presos.

Pelo fim da repressão!

Abaixo a ocupação!

Libertação imediata de nossos companheiros!"

SAIU A REVISTA A VERDADE Nº 90

Acaba de ser publicada, em português a nova edição da revista teórica da 4ª Internacional. Nela destacamos artigo sobre o Brasil onde, o leitor terá acesso a um dossiê com documentos da Corrente O Trabalho do PT e matérias publicadas no jornal O Trabalho a partir de junho de 2015, quando do 5º Congresso Nacional do PT, retratando um ano de um combate na difícil situação brasileira que se desenvolveu no terreno da CUT e no partido.

Em outro dossiê, sobre Europa, Marc Gauquelin, explica a dimensão para todo o continente do combate da classe operária francesa contra a Lei El Khomri, que retirou direitos históricos dos trabalhadores franceses e, sobre Grã-Bretanha, Marius McPherson, discorre sobre a crise que antecedeu a vitória do não no referendado sobre a União Europeia.

A edição traz ainda artigos sobre a questão negra nos Estados Unidos, os 42 anos da Revolução Portuguesa e a repressão sindical em Guadalupe e Espanha.

Adquira seu exemplar pelo valor de R\$ 15,00 junto aos militantes de O Trabalho ou através de nosso site - a revista será enviada pelo correio

A VERDADE
REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL

**BRASIL
FRANÇA**
O COMBATE DA CLASSE
TRABALHADORA

A LUTA DO POVO NEGRO
NOS ESTADOS UNIDOS



Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232 - e-mail: otjournal@uol.com.br